

## Colunas em destaque

[Direito & Sociedade](#)

[Jurisprudência](#)

[Legislativo em Foco](#)

[Políticas Públicas](#)

[Panorama Internacional](#)

[Panorama Nacional](#)

▪ [Mulheres em movimento](#)

[Agenda Cultural](#)

## Apresentação

## Editorial

## Apresentação

A 38ª Edição do Boletim Informativo do NUDEM apresenta um balanço geral sobre as ações desenvolvidas e a atuação do NUDEM. Também, por meio do Boletim, pretendemos divulgar as ações e eventos realizados pelo NUDEM. Ressaltamos que o espaço do Boletim é aberto à todas(os) que queiram colaborar.

## Editorial

Hipocrisia, pra desconhecida  
Mas se for da família é só tratar o  
Morre negra,  
Morre ge  
Morre o povo o  
Que não pas  
28 de setembro não o  
É dia de luta não é un  
Direito imediato, revol  
Protesto na batida, ventre liv

Luana Hansen e E

O 5º Encontro Feminista latino-americano e caribenho foi realizado em 28 de setembro de 1990, em San E  
Argentina. Nesse encontro, as mulheres definiram que esta data seria o dia de luta pela descriminalização do aborto  
Latina e Caribe, sendo tal dia muito simbólico pelo fato de que em 28 de setembro de 1870 houve a aprovação da  
livre no Brasil – ou seja, filhos e filhas de escravas que nascessem a partir daquela data não seriam mais escraviza  
após 144 anos da aprovação dessa lei, o ventre de mulheres pobres e negras, que não têm condições de pagar po  
clandestino, continua não sendo livre. Elas fazem o aborto em péssimas condições, com métodos inseguro  
introdução de objetos no útero ou medicamentos contrabandeados. É importante destacar que “é muito mais  
uma mulher seja incriminada por aborto quando ela utiliza um método abortivo ‘caseiro’ (remédios obtidos  
paralelo e outros métodos) do que quando ela recorre à clínica. Estes casos são justamente aqueles nos quais o p  
dá errado (a mulher reage à medicação) e cai no sistema público de saúde; lá, um servidor público (em alguns cas  
do posto, em outros um policial militar de plantão) a encaminha para a polícia. Este aspecto demonstra claramen  
socioeconômico dessa modalidade de criminalização: a maior parte das mulheres que utilizam os serviços públic  
são pobres, muitas das quais desempregadas ou com ocupações de baixa remuneração.  
As mulheres ricas, por outro lado, podem pagar um altíssimo preço para realizar um aborto em um amb  
infraestrutura e higiene, sendo assegurada a discricção ao realizar o procedimento.

No que tange ao recorte racial deste debate, de acordo com a pesquisa realizada em 2008 pelo Instituto Brasileiro  
e Estatística (IBGE), o índice de mortalidade materna em mulheres negras é 7,4 vezes maior do que em mulher  
Deste modo, a interseccionalidade da dimensão de classe e de raça evidencia que as mulheres pobres e negras sã  
vítimas da morte pelo aborto em condições inseguras, assim como da criminalização pela prática do abortamento

A gravidez indesejada continua sendo tutelada pelo Estado, que criminaliza apenas as mulheres, já que o "aborto  
- o abandono da gestante por parte do pai da futura criança - é visto como algo comum socialmente. Tal proib  
pelo Estado cerceia diretamente os direitos das mulheres ao controle do corpo, da reprodução e da sexualidade.

Esse é um tema ao mesmo tempo atual e também pauta histórica do movimento feminista, devido à proibição  
aborto no Brasil e pelo fato de que desde sempre mulheres abortaram - mesmo que de formas inseguras e corre

vida. Como exemplo da atualidade da discussão, o caso de Jandira Magdalena é emblemático: ela saiu de casa por um aborto clandestino e não voltou. O corpo dela foi encontrado carbonizado um mês após o seu desaparecimento. No caso de Jandira, entendemos que a discussão sobre a descriminalização do aborto deveria voltar para o espaço público. Ao invés disso, o que voltou foi a repressão às mulheres que abortam e às clínicas que fazem o procedimento.

Nesse sentido, a atualidade do debate também se dá devido às recentes iniciativas de diversos setores sociais em relação às conquistas dos direitos das mulheres, tais como a revogação da Portaria 415/14, a edição da Medida Provisória 762, o Estatuto de Nascituro, entre tantas outras iniciativas. Evidencia-se, assim, o controle estatal da reprodução e da vida das mulheres, através da constante elaboração de políticas públicas que equiparam a mulher à figura de mãe, como a edição do cadastro de gestantes, permitindo a criminalização das práticas de interrupção precoce da gravidez. O resultado dessas políticas resulta em obstáculos ainda maiores para a legalização do aborto.

Segundo as estatísticas da Organização Mundial da Saúde, 6 mil mortes maternas (21% do total) ocorrem por ano em toda a América Latina<sup>[3]</sup>, resultantes das leis restritivas ao aborto, que levam à prática do aborto inseguro. No Brasil, o aborto por condições inseguras é a quarta causa de mortalidade materna no país. Por ano, ocorrem cerca de 250 mil mortes decorrentes do abortamento no Sistema Único de Saúde, sendo que quase a totalidade destes abortos é realizada em condições inseguras<sup>[4]</sup>. Portanto, o debate sobre o aborto é uma questão de saúde pública, mas infelizmente esse debate quase sempre abordado somente pelo seu aspecto penal. É evidente que a criminalização da conduta não resulta na eliminação ou redução de abortos provocados, ao revés: a restrição ao aborto não impede a sua realização, mas apenas submete as mulheres a praticarem na clandestinidade.

Atualmente, nem mesmo o serviço de aborto legal é oferecido adequadamente. Ainda existem poucos hospitais que oferecem o aborto legal: somente 46 hospitais em todo território nacional. Nestes, ainda há desinformação e receio em relação à interrupção da gravidez. Porém, cabe ressaltar que nunca foi registrado um caso de prisão de médico, diretor de hospital ou Secretário de Saúde por ter realizado o serviço de aborto legal.

Concluimos, portanto, que já passou do momento de se iniciar um debate sério sobre esse assunto nos espaços públicos americanos. Enquanto o tema for discutido a partir de pressupostos religiosos e patriarcais, tratando o corpo da mulher como propriedade pública, e não tratando o aborto como tema de saúde pública, será muito difícil avançar na conscientização e não apenas das mulheres pobres. Assim, acreditamos que o direito penal não deve interferir na escolha e sexualidade da mulher. Portanto, sexual pra prevenir, contraceptivos pra não engravidar e aborto legal e seguro pra não morrer!

Paula Ferreira Telles e Thamiris Evaristo Molitor, estagiárias de direito do NUDEM

## Assuntos em destaque

### **“Artigo: Cota de gênero e a participação da mulher na política, por Harzheim Macedo”**

O Brasil está em pleno curso de um processo eleitoral e no dia 5 de outubro o povo brasileiro – cerca de 143 milhões de eleitores – escolherá seus novos governantes. São, de acordo com o ordenamento jurídico vigente, três pleitos majoritários (presidente, governador, senador) e dois pelo sistema proporcional (deputado estadual e deputado federal). A questão de gênero, aqui abordada, é tema que apenas diz respeito ao pleito proporcional.

*Para ler na íntegra*

### ***“Identidade de transexuais será julgada no STF”***

Brasília - Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) deverão decidir em breve se é possível um transexual alterar o nome em sua documentação sem ter sido submetido a procedimento cirúrgico para mudança de sexo.

A maioria dos integrantes do STF já reconheceu que este é um caso de repercussão geral. Ou seja, a decisão tomada neste caso, que tramita em segredo de Justiça, deverá ser aplicada em processos semelhantes.

Ao defender a existência da repercussão geral, a pessoa identificada pelas iniciais STC sustentou que a discussão é relevante porque envolve a necessidade ou não de realização de cirurgia para modificar o fenótipo feminino para o masculino. A condição para alterar o **sexo** no registro civil.

*Para ler na íntegra*

## ***“Justiça anula resolução que proibia parto em casa; Cremerj vai recorrer”***

A Justiça Federal anulou no início deste mês as resoluções do Cremerj (Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro), de 2012, que proibiam os partos domiciliares no Estado. No texto, o Cremerj previa a punição dos médicos que atendessem partos em casa e ainda impedia a entrada de parteiras e doulas nos partos hospitalares.

A proposta do Cremerj, que vai recorrer da decisão judicial, também estabelecia a obrigação de os profissionais notificarem ao conselho todos os casos de pacientes encaminhadas a hospitais após complicações em partos domiciliares. Poucos dias após a divulgação das resoluções e vários protestos em diversas capitais para defender o parto em casa, a Justiça Federal suspendeu em caráter liminar (provisório) o veto do Cremerj. Agora, foi julgado o mérito do caso a favor dos médicos. O Conselho Regional de Enfermagem (Cofen) entrou com uma ação civil pública contra a posição da entidade médica.

A Justiça Federal anulou no início deste mês as resoluções do Cremerj (Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro), de 2012, que proibiam os partos domiciliares no Estado. No texto, o Cremerj previa a punição dos médicos que atendessem partos em casa e ainda impedia a entrada de parteiras e doulas nos partos hospitalares.

*Para ler na íntegra*

## ***“Mantida condenação de homem por estupro e atentado violento ao pudor”***

O TJSP, por julgamento da 1ª Câmara de Direito Criminal, confirmou a condenação de um homem pelos crimes de estupro e atentado violento ao pudor em Campinas. O colegiado fixou o tempo de reclusão em 7 anos, a ser descontado em regime fechado.

De acordo com denúncia da Promotoria, o réu, com uso de arma de fogo, obrigou a vítima a caminhar até um município, onde praticou atos libidinosos e conjunção carnal. O réu alegou que a condenação teria se baseado no fato de ele não ter se despedido da mulher, realizado muito tempo após os fatos, e requereu a absolvição ou o reconhecimento da continuidade dos crimes para o abrandamento do regime prisional imposto.

*Para ler na íntegra*

[aqui](#)

## ***“Presa consegue na Justiça direito de ficar com a filha por 1 ano e meio”***

Uma presidiária presa por tráfico de drogas conseguiu na Justiça uma liminar para que fique com a filha até a criança completar um ano e meio de vida. Normalmente, as presidiárias têm o direito a apenas seis meses e, após esse período, a criança é encaminhada para os cuidados de alguém da família enquanto a mãe termina de cumprir a pena.

De acordo com a Defensoria Pública de São Paulo, nenhum familiar manifestou interesse em ficar com o bebê. Seguinte à ação, o serviço de assistência social da penitenciária entrou em contato com a irmã da detenta que não quis assumir a guarda provisória da sobrinha. Ela teria sugerido, segundo a Defensoria Pública, que ela fosse adotada por uma família da classe média alta”.

*Para ler na íntegra:*

[aqui](#)

## **Legislativo em Foco**

---

### ***“Diap vê Congresso mais conservador desde 1964 e retrocesso nas conquistas sociais e de mulheres”***

(O Estado de S. Paulo, 06/10/2014) Apesar das manifestações de junho de 2013 – carregadas com o simbolismo de um movimento popular por renovação política e avanço nos direitos sociais – o resultado das eleições do último domingo, 5, revelou uma mudança em outra direção. Parlamentares conservadores se consolidaram como maioria na eleição da Câmara, de acordo com o levantamento do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap).

O aumento de militares, religiosos, ruralistas e outros segmentos mais identificados com o conservadorismo refletiu no novo status do Diap, segundo o diretor do Diap, Antônio Augusto Queiroz, esse novo status. “O novo Congresso é, seguramente, o mais conservador desde os anos pós-1964”, afirma. “As pessoas não sabem o que fazem as instituições e se você não tem esse domínio, é trágico”, afirma.

*Para ler na íntegra:* [clique aqui](#)

## ***“Itamaraty cria comitê pela igualdade de gênero e raça”***

(Poder Online/IG, 18/09/2014) Foi criado nesta semana um comitê para combater a discriminação de gênero no Ministério das Relações Exteriores. O grupo foi criado a partir da mobilização de um grupo de mais de 200 mulheres. Em alguns meses entregaram uma carta com reivindicações ao ministro Luiz Alberto Figueiredo Machado. Entre as demandas estavam a criação de um comitê temático e uma sala de amamentação, também instalada nesta semana.

“O que eu acho mais histórico é que pela primeira vez as mulheres trocaram experiências entre si e se apoiaram na identidade feminina. Antes as mulheres queriam ser vistas como assexuadas, pois estavam em um ambiente mais masculino e admitir certas questões tipicamente femininas poderia levar a um preconceito na carreira”, explica a coordenadora do comitê, Sônia Gômes.

*Para ler na íntegra*

[aqui](#)

## **Políticas Públicas**

---

### ***“Brasil tem mais de mil serviços especializados em atendimento à mulher”***

Rede de atendimento funciona em todo o País e busca identificar e oferecer assistência às vítimas de violência doméstica.

Nesta sexta-feira (10) é comemorado o Dia Nacional de Luta contra a Violência à Mulher. Mais do que uma celebração dos avanços conquistados, a data tem como objetivo incentivar a reflexão dos números da violência contra o gênero feminino e ressaltar a luta e o que o Brasil tem feito para combater o problema.

No Brasil, em dez anos, o número de serviços especializados de atendimento à mulher teve um aumento de 309%. O total de atividades especializadas cresceu de 332 para 1.027.

Algumas dessas iniciativas que compõem a Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência são Especializadas de Atendimento à Mulher (Deams), Casas Abrigo, Juizados de Violência Doméstica e Familiar, serviços Centros de Referência de Atendimento à Mulher (Ceams) e núcleos ou postos de enfrentamento ao tráfico de pe

*Para ler na íntegra: [clique aqui](#)*

## ***“Cursos de responsabilização são oferecidos aos homens processados pela Lei Maria da Penha”***

Desde quando foi criada, em 2006, a Lei Maria da Penha (n. 11.340) conseguiu ser reconhecida pela maioria dos brasileiros como importante instrumento de punição aos homens que agem com violência contra as companheiras. No entanto, também prevê programas que visam à reabilitação e reeducação do agressor. Cursos, palestras e programas de acompanhamento psicopedagógico fazem parte da rotina dos enquadrados na lei, que garantiu conquistas importantes para as vítimas de agressão doméstica.

A formulação de políticas públicas que tenham como alvo os homens autores de violência ainda é rara e pouco conhecida. Na avaliação da conselheira Ana Maria Amarante, coordenadora do Movimento Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), é preciso que este caminho seja ampliado o quanto antes.

*Para ler na íntegra: [clique aqui](#)*

## ***“Judiciário receberá kit com informações sobre violência obstétrica”***

Juízes, procuradores, desembargadores e promotores vão receber nos próximos meses kits com informações sobre violência obstétrica. A ideia é sensibilizar quem julga as ações movidas por pacientes para que eles saibam reconhecer as violações dos direitos humanos ocorridos com a gestante antes, durante ou após o parto.

Os 50 primeiros kits serão distribuídos assim que o filme “O Renascimento do Parto 2” alcançar no [crowdfunding \(financiamento coletivo\)](#) os primeiros R\$ 65 mil. O filme, que vai tratar sobre a violência obstétrica, deverá ser lançado em

segundo semestre de 2015 e tem dois meses para atingir essa primeira meta. A [violência obstétrica](#), conforme o **Maternar**, inclui desde procedimentos desnecessários durante o parto até agressões verbais e psicológicas.

*Para ler na íntegra:* [clique aqui](#)

[aqui](#)

[ao menu](#)

## Panorama Internacional

---

### ***“Paquistanesa Malala Yousafzai ganha o Nobel da Paz junto com indiano Kailash Satyarthi”***

**(UOL, 10/10/2014)** A ativista paquistanesa Malala Yousafzai, 17, é a vencedora do prêmio Nobel da Paz de 2014. Nesta sexta-feira (10) a instituição, em Oslo, na Noruega. Ela é a mais jovem ganhadora do prêmio em 112 anos de história. O resultado foi anunciado às 10h (6h, no horário de Brasília). Ela dividirá o prêmio com o indiano Kailash Satyarthi.

Malala foi baleada na cabeça por membros do Taleban paquistanês no dia 9 de outubro de 2012 por defender a educação escolar das mulheres no país. Ela chegou a ficar em coma, mas se recuperou e passou a viver na Inglaterra, onde vive sob proteção policial. Em 2013, quando era cogitada para receber a homenagem, ela chegou a comentar que ainda precisava “trabalhar muito” para merecer o prêmio.

Em setembro daquele ano Malala havia recebido o Prêmio Internacional pela Paz Infantil e passou a ser favorita para ganhar o Nobel da Paz.

*Para ler na íntegra:* [clique aqui](#)

### ***“Violência doméstica tem custo maior do que guerras no mundo”***

A violência doméstica, principalmente contra mulheres e crianças, mata muito mais que guerras e é um flagelo subestimado que custa à economia mundial mais de 8 trilhões de dólares por ano (cerca de R\$ 20 trilhões), segundo especialistas nesta terça-feira.

O estudo, que seus autores dizem ter sido uma primeira tentativa de estimar os gastos globais da violência contra a mulher, levou a Organização das Nações Unidas (ONU) a prestar mais atenção aos abusos em casa, que recebem menos destaque quando comparados com os da Síria ou da Ucrânia.

*Para ler na íntegra: [clique aqui](#)*

## **Panorama Nacional**

---

### ***“77,16% das mulheres em situação de violência sofrem agressões diárias ou semanalmente”***

Um balanço dos atendimentos realizados no primeiro semestre de 2014 pelo Ligue 180 – que, desde março deste ano, funciona como Disque-Denúncia – mostra o quão ainda é persistente e covarde a violência contra a mulher no Brasil. Em seis meses, foram recebidas mais de 15 mil denúncias, encaminhadas, diretamente, para serviços de segurança e para o Ministério Público dos estados.

De janeiro a junho, o Ligue 180 realizou 265.351 atendimentos. Destes, 30.625 foram denúncias de violência, sendo a mais recorrente a física, com 15.541 casos; seguida pela violência psicológica (9.849 relatos); moral (3.055 relatos); patrimonial (634 relatos) e pela violência patrimonial (634 relatos), entendida como qualquer conduta que configure retenção parcial ou total de objetos, de instrumentos de trabalho, documentos, bens, valores ou recursos econômicos da mulher e de suas necessidades da mulher (artigo 7º da Lei nº 11.340/2006).

*Para ler na íntegra: [clique aqui](#)*

### ***“Em 12 estados, nenhuma mulher ficou entre os dez mais votados para a Câmara”***

(Agência Brasil, 06/10/2014) A lista dos dez candidatos mais votados para a Câmara dos Deputados não teve mulheres em nenhuma das unidades da Federação, mostram os dados do Tribunal Superior Eleitoral sobre a votação de ontem (5). Por outro lado, os homens ocuparam a primeira colocação em seis estados. Apenas no Amapá a lista com os dez mais votados foi dividida entre homens e mulheres.

entre homens e mulheres. Mesmo assim, como só havia oito vagas para a Câmara, Fátima Pelaes (PMDB) e Dalva (PT) não se elegeram, e o Amapá terá cinco homens e três mulheres como deputados federais em Brasília a partir

O Sul e o Sudeste foram as regiões em que menos mulheres conseguiram atingir uma posição entre os dez maiores seus estados. No Sudeste, a única foi Clarissa Garotinho (PR), com a segunda maior votação do Rio de Janeiro, com aproximadamente 335 mil eleitores. Com o resultado, Clarissa chega à Câmara como a deputada federal com a maior votação em números absolutos, seguida de Christiane Yared (PTN), a primeira colocada no Paraná, com aproximadamente 200 mil votos.

*Para ler na íntegra: [clique aqui](#)*

## ***“Nenhum dos 13 governadores eleitos no 1º turno é mulher”***

As três candidatas à Presidência da República receberam mais de 67 milhões de votos, o equivalente a 64,5% dos votos válidos na eleição de domingo.

Dilma Rousseff (PT), Marina Silva (PSB) e Luciana Genro (PSOL) ficaram respectivamente em primeiro, terceiro e quarto lugar em uma disputa com mais oito homens.

O bom desempenho na corrida presidencial, no entanto, não se repete nos demais pleitos.

No caso do Congresso Nacional, os brasileiros elegeram apenas 51 deputadas federais mulheres, o que representa um aumento de 6 para 513 eleitos para a Câmara. O número representa apenas uma pequena melhora em relação a 2010 (45 eleitas). Dos 353 senadores, cinco (13,6%) são do sexo feminino.

Nas eleições para governador, as vitórias masculinas foram ainda mais predominantes. Entre os 13 eleitos no primeiro turno, nenhum é mulher.

*Para ler na íntegra: [clique aqui](#)*

## ***“No Brasil, o aborto é crime com pena de morte”***

Na última semana, a grande mídia tem dado atenção especial ao caso de Jandira Magdalena dos Santos, 27 anos, engravidou e buscou uma clínica clandestina para realizar um aborto. Jandira, que antes do procedimento pediu ajuda por meio de uma mensagem, foi mais uma mulher que não se encaixou no estereótipo esperado por quem criminaliza quem aborta. Mas, por causa da omissão do Estado e do punitivismo da sociedade brasileira, provavelmente acobertada – e talvez a parte mais chocante do acontecido seja o fato de que muitas pessoas aplaudem esse fim.

Uma das aterrorizantes facetas desse caso é que Jandira fazia parte de uma parcela com condição financeira para pagar um procedimento abortivo, mesmo em um local perigoso e clandestino. No Brasil, muitas mulheres não possuem centenas de reais necessários para encerrar a gestação quando aperta o desespero. É por isso que tantas acabam recorrendo a métodos arriscados, como a utilização de objetos pontiagudos e cortantes, alvejantes e drogas falsificadas. A maioria, como Jandira, passa por dores inimagináveis e sangra até a morte. E assim são jogadas nas valas do descaso e da misoginia da mulher sua autonomia e impõe condutas morais sem opção de escolha.

*Para ler na íntegra: [clique aqui](#)*

## **Mulheres em Movimento**

### ***“Mais colchões na Universidade de Columbia: estudantes se unem para protestar após estupro”***

A campanha da jovem universitária Emma Sulkowicz para **ver o seu estuprador fora da Universidade de Columbia, Estados Unidos**, está surtindo efeito. Não, ao que tudo indica ele não foi levado à Justiça (ainda). Mas ela conseguiu o apoio de milhares de estudantes.

Emma continua carregando o seu colchão para onde vai na universidade, mas agora ela ganhou a companhia de milhares de “carregadores de colchões” dentro da instituição. O movimento fundado por ela, o **“Carry That Weight”** (“Carregue o Peso”, em tradução livre) agora **tem a companhia do “Carry the Weight Together”** (“Carregue o Peso Juntos”).

“De imediato eu notei uma forma significativa para eu, junto com outros membros da nossa comunidade, nos unirmos diariamente para acabar com a violência sexual e com a cultura do estupro em nossa universidade. Vamos ajudar Emma a carregar o seu colchão todos os dias”, comentou a estudante do Barnard College Allie Rickard na **página oficial do movimento**.

*Para ler na íntegra: [clique aqui](#)*

## ***“Movimento faz ato em defesa da separação entre Estado e religião”***

O Movimento Estratégico pelo Estado Laico fez um ato na Rodoviária de Brasília em defesa da separação entre estado e religião. Eles criticaram, o que chamam, de interferência religiosa nas decisões políticas do país. O grupo entregou um manifesto para quem passava pelo local para explicar a laicidade, que significa um Estado com posição neutra no campo religioso.

Entre as reivindicações do movimento estão: a aprovação do projeto que criminaliza a homofobia, a descriminalização do aborto e a implementação das leis que determinam o ensino nas escolas da história afro-brasileira e de povos indígenas. Também questionam o ensino religioso nas instituições públicas.

*Para ler na íntegra:* [clique aqui](#)

## **Agenda Cultural**

---

### ***Crítica: Filme acerta o foco ao contar libertação de Angela Davis***

"Macaca horrorosa!" "Volte para a África!"

Angela Davis enfrentou insultos desse tipo –bem conhecido dos brasileiros. Mulher, negra e comunista, ela se tornou uma ícone da defesa dos direitos humanos. Enfrentou o poder conservador nos EUA e inspirou uma onda mundial em torno de movimentos políticos, contra o racismo e o machismo.

Parte de sua trajetória está nas telas agora no documentário "Libertem Angela Davis", de Shola Lynch. Recheado de imagens históricas, o filme traz entrevistas com ativistas e recupera a rica atmosfera das manifestações nos anos 1960 e 1970.

*Para ler na íntegra:* [clique aqui](#)

## ***Espaço Para Abortar***

### **Mujeres Creando**

A contribuição de Mujeres Creando – coletivo de ativistas urbanas, feministas e anarquistas, com bases nas cidades de Cochabamba e Santa Cruz de la Sierra, Bolívia – para a 31ª Bienal é um espaço para abortar. O projeto consiste em uma intervenção de passeata-performance pública e participativa, contra a ditadura do patriarcado sobre o corpo da mulher. A ideia é criar um ambiente de discussão e diálogo com a ajuda de um enorme útero ambulante, temporariamente estacionado no espaço da Bienal. Em pauta, as implicações do aborto, da colonização do corpo feminino e o que pode significar a decisão de abortar livre-arbítrio e a liberdade de consciência em uma democracia contemporânea, como a de nossos países sul-americanos, em quais o aborto é ilegal e penalizado.

*Para ler na íntegra: [clique aqui](#)*

## ***Tomates Verdes Fritos***

Evelyn Couch (Kathy Bates) é uma dona de casa emocionalmente reprimida, que habitualmente afoga suas mágoas em doces. Ed (Gailard Sartain), o marido dela, quase não nota a existência de Evelyn. Toda semana eles vão visitar um parente no hospital, mas a parente nunca permite que Evelyn entre no quarto. Uma semana, enquanto ela espera que Ed volte de visita, Evelyn conhece Ninny Threadgoode (Jessica Tandy), uma debilitada mas gentil senhora de 83 anos, que conta histórias. Através das semanas ela faz relatos que estão centrados em uma parente, Idgie (Mary Stuart Masterson), que desde criança, em 1920, sempre foi muito amiga do irmão, Buddy (Chris O'Donnell). Assim, quando ele morreu atropelado por um trem (o pé ficou preso no trilho), Idgie não conseguia conversar com ninguém, exceto com a garota de Buddy, Ruth (Mary-Louise Parker). Apesar disto Idgie era bem doce, apesar de nunca levar desaforo para casa. Independentemente disso, ela encontrou seu próprio caminho ao administrar uma lanchonete em Whistle Stop, no Alabama. Elas tinham uma amizade bem sólida. Mas Idgie faz a maior besteira da sua vida ao se casar com Frank Bennett (Nick Searcy), um homem estúpido que espanca Ruth e é secretamente membro da Ku Klux Klan. Inicialmente Ruth tentou segurar a situação, mas quando não era mais possível, Idgie foi buscá-la, acompanhada por dois empregados. Idgie logo dá a Ruth um emprego em sua lanchonete. Por esse jeito de se sustentar sozinha, enfrentar Frank e servir comida para negros no fundo da lanchonete, Idgie provoca a ira dos cidadãos menos tolerantes de Whistle Stop. Quando Frank desapareceu misteriosamente muitos moradores suspeitam que Idgie, Ruth e seus amigos poderiam ser os responsáveis.

*Para ler na íntegra:* [clique aqui](#)

[O Boletim eletrônico do NUDEM: Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher](#) destina-se à [interneta da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e seus parceiros](#). Produzido pelo Núcleo Especializado de Promoção [Direitos da Mulher em parceria com a Coordenadoria de Comunicação Social e Assessoria de Imprensa](#). Para mais [contate nucleo.mulher@defensoria.sp.gov.br](#)